



município
tavira

RELATÓRIO DE GESTÃO

1º SEMESTRE DE 2017

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO.....	5
II – RELATÓRIO FINANCEIRO	6
ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	6
1. Principais destaques.....	6
2. Análise da receita	8
2.1 Receita corrente	10
2.2 Receita de capital e outras receitas	12
2.3 Transferências obtidas	13
3. Análise da despesa	15
3.1 Despesa corrente	17
3.2 Despesa de capital.....	21
3.3 Transferências e subsídios concedidos	22
SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	25
4. Dívida.....	25
4.1 Dívida Global	25
4.2 Pagamentos em atraso.....	26
4.3 Serviço da dívida.....	27
4.4 Capacidade de endividamento/ Dívida Total do Município	27
III – CONCLUSÃO	30
IV – RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.....	31

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Análise orçamental.....	6
Quadro 2 – Resumo da receita cobrada e da despesa realizada	8
Quadro 3 – Execução da receita semestral	9
Quadro 4 – Evolução da receita corrente	11
Quadro 5 – Evolução da receita de capital e de outras receitas.....	13
Quadro 6 – Receita proveniente de transferências	14
Quadro 7 – Evolução da despesa realizada.....	16
Quadro 8 – Evolução da despesa corrente realizada por económica.....	18
Quadro 9 – Evolução da despesa de pessoal	19
Quadro 10 – Evolução da despesa de capital realizada	21
Quadro 11 – Despesa realizada com transferências e subsídios	23
Quadro 12 – Evolução da dívida.....	25
Quadro 13 – Evolução do serviço da dívida	27
Quadro 14 – Apuramento da dívida total	28
Quadro 15 – Aferição do equilíbrio orçamental	29

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Execução da receita e da despesa	6
Gráfico 2 - Indicadores	7
Gráfico 3 – Distribuição de receitas - jun/2017.....	9
Gráfico 4 – Distribuição de receitas - jun/2016.....	10
Gráfico 5 - Evolução dos impostos diretos.....	12
Gráfico 6 – Transferências recebidas	14
Gráfico 7 - Variação das principais receitas	15
Gráfico 8 – Distribuição das despesas – jun/2017	16
Gráfico 9 - Distribuição das despesas – jun/2016	17
Gráfico 10 Despesas de pessoal - semestre	19
Gráfico 11 - Variação da aquisição de bens e serviços - semestre.....	20
Gráfico 12 – Variação da aquisição de bens de capital - semestre	22
Gráfico 13 – Evolução transferências e subsídios- semestre	24
Gráfico 14 – Variação da dívida- semestre.....	25
Gráfico 15 – Dívida em junho de 2017	26
Gráfico 16 – Limite da dívida total	29

I – INTRODUÇÃO

Após a elaboração da Prestação de Contas referente ao ano de 2016 e para a obtenção de um retrato fiel da gestão municipal a curto prazo, é elaborado o presente relatório, com uma apreciação síntese da execução orçamental, económica e financeira do município à data de 30 de junho do ano corrente.

Esta análise vai contribuir para:

- O aperfeiçoamento dos procedimentos inerentes ao sistema contabilístico da autarquia, bem como a sua utilização como instrumento de controlo, de execução e de gestão;
- A avaliação da situação financeira do município e sua evolução, através da análise da estrutura orçamental, bem como, de alguns rácios financeiros de gestão;
- Dar ao executivo uma imagem mais pormenorizada dos recursos do município de modo a contribuir para a tomada de decisão.

Em suma, o presente relatório reflete o resultado da análise efetuada às contas de execução orçamental, quer na ótica do aperfeiçoamento de procedimentos, nomeadamente instrução e conteúdos dos mesmos, quer na ótica financeira através do estudo da evolução das receitas e despesas municipais, permitindo uma análise dos limites do endividamento para este semestre.

II – RELATÓRIO FINANCEIRO

ANÁLISE ORÇAMENTAL

1. Principais destaques

A análise comparativa dos níveis de execução orçamental, durante o primeiro semestre de 2017, é realizada em relação ao período homólogo do ano anterior, sendo que a execução da receita consiste na receita cobrada face à prevista e a execução da despesa é a despesa paga face à prevista.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Unidade: €

RÚBRICAS	JUN/2017			JUN/2016		
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	%	PREVISÃO	EXECUÇÃO	%
Total da receita	40 000 000	27 616 389	69,04%	36 700 000	23 481 677	63,98%
Receita corrente	24 940 000	13 431 784	53,86%	24 600 000	12 439 961	50,57%
Receita capital	1 490 000	615 988	41,34%	1 600 000	545 768	34,11%
Outras receitas	13 570 000	13 568 617	99,99%	10 500 000	10 495 949	99,96%
Total da despesa	40 000 000	12 611 728	31,53%	36 700 000	11 458 541	31,22%
Despesa corrente	24 800 000	9 332 330	37,63%	23 170 000	9 065 732	39,13%
Despesa capital	15 200 000	3 279 398	21,57%	13 530 000	2 392 809	17,69%

Quadro 1 – Análise orçamental

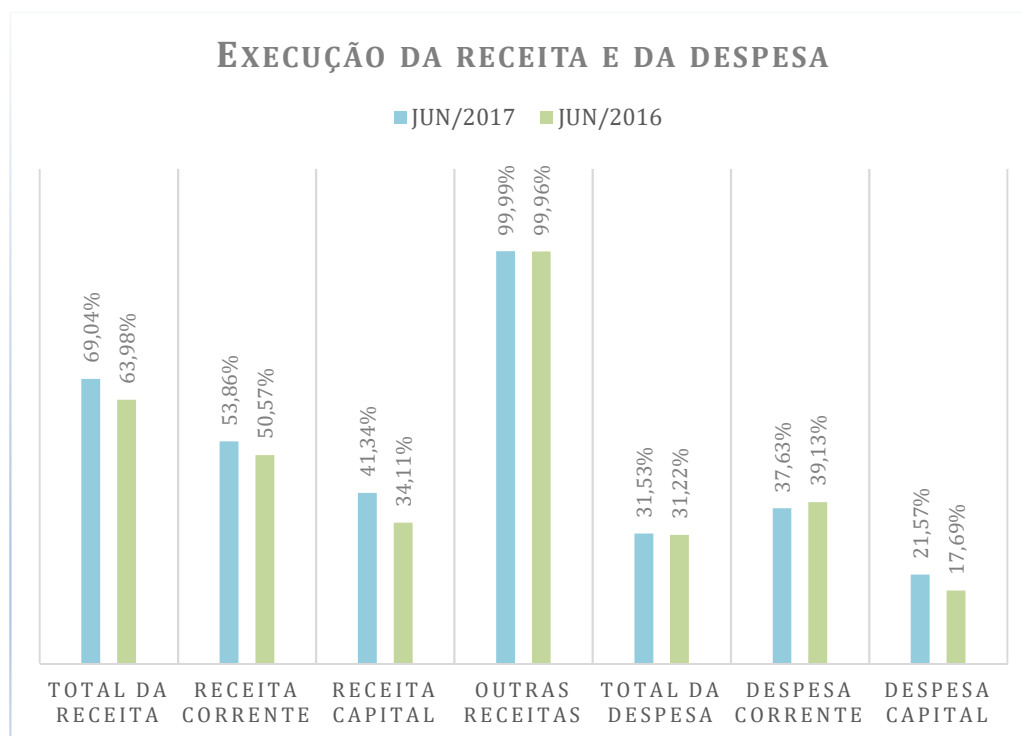


Gráfico 1 – Execução da receita e da despesa

No quadro 1, verifica-se que no 1º semestre de 2017 houve um ligeiro aumento da execução das receitas municipais, face ao período homólogo do ano anterior, atingido uma execução de 69,04%, ou seja, mais de metade da receita prevista sendo por isso, expectável que até ao final do ano se execute os 100% da receita prevista, e eventualmente se venha a superar ligeiramente o montante previsto. No que concerne à execução da despesa (faturação paga), também se registou um ligeiro aumento da sua execução, situando-se nos 31,53% no corrente semestre.

No gráfico 1, encontram-se ilustrados os dados do quadro 1, sendo possível verificar com melhor nitidez que os ligeiros aumentos da execução da receita e da despesa de capital foram os principais impulsionadores dos aumentos da execução da receita e da despesa respetivamente.

De referir ainda, que as taxas de execução apresentadas revelam o rigor com que o orçamento foi efetuado sendo um orçamento bastante próximo da realidade. Em virtude da legislação que regula a assunção de novos compromissos, é de extrema importância que o orçamento não se afaste da realidade, sendo este uma ferramenta fundamental para o estrito cumprimento das normas legais existentes atualmente.

No gráfico 2, são apresentados alguns indicadores que ilustram que a despesa com o pessoal continua a ter um peso significativo quer na despesa corrente, quer na receita corrente do município, ou seja, a despesa com o pessoal representa 45,14% da despesa corrente e 31,40% da receita corrente.

Podemos confirmar também, que a despesa corrente continua muito próxima da receita corrente, representando 69,48% desta no primeiro semestre do corrente ano. O que revela que 30% das receitas correntes podem ser utilizadas para realizar despesas de capital.



Gráfico 2 - Indicadores

O quadro 2, reflete a variação da receita cobrada e da despesa paga, quantificando o anteriormente ilustrado no gráfico 1. Assim, temos que a receita de capital registou um aumento de 12,87%, a corrente 7,97%, e as outras receitas foram as que apresentaram o maior crescimento de 29,27%, traduzindo-se num acréscimo muito significativo de 17,61%, ou seja, mais €4.134.712 de receita no corrente ano face ao período homólogo. Nas outras receitas é onde se regista “o saldo da gerência anterior”, que foi assim o principal “culpado” deste aumento, contabilizado uma variação positiva de €3.072.668.

A despesa paga, também registou um aumento, de 10,06% face ao ano anterior, tendo a despesa de capital sido a principal motivadora da variação, com um crescimento significativo de 37,05% (€886.590), enquanto a despesa corrente ficou-se pelos 2,94% (€266.598).

RESUMO DA RECEITA COBRADA E DA DESPESA PAGA

Unidade: €

RÚBRICAS	JUN/2017	JUN/2016	VARIAÇÃO 2016-2017	
			€	%
Total da receita	27 616 389	23 481 677	4 134 712	17,61%
Receita corrente	13 431 784	12 439 961	991 823	7,97%
Receita capital	615 988	545 768	70 220	12,87%
Outras receitas	13 568 617	10 495 949	3 072 668	29,27%
Total da despesa	12 611 728	11 458 541	1 153 188	10,06%
Despesa corrente	9 332 330	9 065 732	266 598	2,94%
Despesa capital	3 279 398	2 392 809	886 590	37,05%

Quadro 2 – Resumo da receita cobrada e da despesa realizada

2. Análise da receita

A receita global do Município de Tavira, neste 1º semestre, registou um aumento de 17,61%, (€4.134.712), motivada principalmente pela transição do saldo da gerência anterior com 29,27% (€3.072.668), que também foi acompanhado pelo crescimento, quer das receitas de capital com 12,87% (€70.220) quer das correntes com 7,97% (€997.823).

No quadro 3, verifica-se que o crescimento da receita corrente deveu-se aos impostos diretos que refletem, em termos absolutos, um aumento de €750.415, seguido dos rendimentos de propriedade com €136.885. Por sua vez, a variação das vendas de bens de investimento e das transferências de capital foram as principais impulsionadoras do aumento das receitas de capital, com €38.709 e €29.809, respetivamente.

Em termos de distribuição de receitas, comparando os gráficos 3 e 4, observa-se que não existem grandes diferenças entre o semestre do corrente ano e o do ano anterior. Os impostos diretos continuam a ser a

principal receita, representando neste momento 56% das receitas da autarquia, seguidos das transferências correntes com 25% e dos rendimentos de propriedade com 8%.

EXECUÇÃO DA RECEITA SEMESTRAL

Unidade: €

RÚBRICA	JUN/2017		JUN/2016		VARIAÇÃO 2016-2017	
	EXECUTADA	PESO	EXECUTADA	PESO	€	%
Receitas correntes	13 431 784	48,64%	12 439 961	52,98%	991 823	7,97%
Impostos diretos	7 803 499	28,26%	7 053 084	30,04%	750 415	10,64%
Impostos indiretos	262 089	0,95%	166 853	0,71%	95 236	57,08%
Taxas, multas e outras penalidades	322 784	1,17%	334 868	1,43%	-12 084	-3,61%
Rendimentos de propriedade	1 120 884	4,06%	983 999	4,19%	136 885	13,91%
Transferências correntes	3 398 525	12,31%	3 355 398	14,29%	43 127	1,29%
Venda de bens e serviços correntes	443 554	1,61%	486 410	2,07%	-42 856	-8,81%
Outras receitas correntes	80 449	0,29%	59 349	0,25%	21 099	35,55%
Receitas capital	615 988	2,23%	545 768	2,32%	70 220	12,87%
Venda de bens de investimento	39 952	0,14%	1 243	0,01%	38 709	3115,02%
Transferências de capital	574 333	2,08%	544 525	2,32%	29 809	5,47%
Ativos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	---
Passivos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	---
Outras receitas de capital	1 703	0,01%	0	0,00%	1 703	-
Outras receitas	13 568 617	49,13%	10 495 949	44,70%	3 072 668	29,27%
Reposições não abatidas aos pagamentos	1 107	0,00%	4 067	0,02%	-2 960	-72,78%
Saldo da gerência anterior	13 567 510	49,13%	10 491 882	44,68%	3 075 628	29,31%
TOTAL	27 616 389	100,00%	23 481 677	100,00%	4 134 712	17,61%

Quadro 3 – Execução da receita semestral



Gráfico 3 – Distribuição de receitas - jun/2017



Gráfico 4 – Distribuição de receitas - jun/2016

2.1 Receita corrente

A receita corrente é a principal receita do município, pelo que a análise do seu comportamento é de extrema importância para a compreensão da evolução da própria atividade económica do concelho.

Da apreciação dos dados constantes do quadro 4, onde é apresentada a evolução da receita corrente por classificação económica, conclui-se que no final do primeiro semestre de 2017 a taxa de execução situa-se nos 53,86%, o que revela que o orçamento está a ser executado de acordo com o previsto.

Verifica-se que a maioria das receitas correntes registaram variações positivas, onde se destaca o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) com €590.675, o IMT (Imposto municipal sobre transmissão de imóveis) com €174.801 e os “Loteamentos e obras” dos impostos indiretos com €100.761. Em contrapartida, os “Projetos cofinanciados” foram os que apresentaram a maior variação negativa com €132.834, que ficou a dever-se ao facto de no primeiro semestre do ano de 2016 ter sido recebido um montante elevado referente ao fecho da candidatura de Articular para intervir - 2ª fase (Dieta Mediterrânica), sendo que a atual candidatura (Tavira todo o ano com a Dieta Mediterrânica) ainda não produziu efeitos, em termos de receita, até ao momento.

De referir ainda, que a variação positiva do IMI resultou do recebimento extraordinário de juros de mora deste imposto, que o Estado regularizou no início do corrente ano. No entanto, se expurgarmos esse valor (€488.891), verifica-se que a variação é na mesma positiva, apesar de menos significativa, com €101.784. Esta variação significa que a receita deste imposto não foi afetada de forma negativa, até ao momento,

pela redução da taxa de IMI dos 0,39% para os 0,38%, e pela beneficiação das taxas dos imóveis em que os proprietários tenham 1 ou mais dependentes no seu agregado familiar.

EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE

Unidade: €

RÚBRICA	JUN/2017		TAXA EXECUÇÃO	JUN/2016	VARIAÇÃO 2016-2017	
	ORÇADO	EXECUTADO		EXECUTADO	€	%
Impostos diretos	13 181 400	7 803 499	59,20%	7 053 084	750 415	10,64%
IMI	7 662 000	4 268 222	55,71%	3 677 547	590 675	16,06%
IUC	675 000	389 797	57,75%	365 923	23 873	6,52%
IMT	4 844 000	3 141 461	64,85%	2 966 661	174 801	5,89%
Derrama	100	4 019	4018,62%	42 953	-38 934	-90,64%
Outros	300	0	0,00%	0	0	---
Impostos indiretos	303 600	262 089	86,33%	166 853	95 236	57,08%
Mercados e feiras	1 600	827	51,69%	850	-23	-2,66%
Loteamentos e obras	154 800	185 550	119,86%	84 789	100 761	118,84%
Ocupação da via pública	94 000	45 922	48,85%	47 654	-1 732	-3,63%
Publicidade	24 700	19 708	79,79%	17 779	1 929	10,85%
Outros	28 500	10 081	35,37%	15 781	-5 700	-36,12%
Taxas, multas e outras penalidades	501 600	322 784	64,35%	334 868	-12 084	-3,61%
Mercados e feiras	5 800	2 665	45,95%	2 660	5	0,18%
Loteamentos e obras	225 500	162 162	71,91%	164 782	-2 620	-1,59%
Ocupação da via pública	147 300	57 861	39,28%	92 632	-34 771	-37,54%
Taxa de ocupação	35 900	45 862	127,75%	34 079	11 783	34,58%
Outras	87 100	54 233	62,27%	40 714	13 519	33,20%
Rendimentos de propriedade	2 659 970	1 120 884	42,14%	983 999	136 885	13,91%
Transferências correntes	6 750 930	3 398 525	50,34%	3 355 398	43 127	1,29%
FEF/FSM/Participação no IRS	6 232 200	3 115 692	49,99%	3 034 740	80 952	2,67%
DR Educação	221 500	115 551	52,17%	0	115 551	---
Projetos co-financiados	60 360	5 752	9,53%	138 586	-132 834	-95,85%
Outras	236 870	161 531	68,19%	182 072	-20 542	-11,28%
Venda de bens e serviços correntes	1 051 900	443 554	42,17%	486 410	-42 856	-8,81%
Venda de bens	400	10 945	2736,18%	10 500	445	4,24%
Serviços desportivos	12 300	6 598	53,65%	8 821	-2 222	-25,19%
Transp. coletivo	54 600	21 854	40,02%	26 249	-4 395	-16,74%
Cemitérios	73 400	39 320	53,57%	52 062	-12 742	-24,48%
Mercados e feiras	129 800	43 204	33,28%	43 097	107	0,25%
Prolong. horário	17 900	8 975	50,14%	8 557	419	4,89%
Refeições escolares	105 600	66 808	63,27%	66 053	755	1,14%
Rendas	398 100	183 011	45,97%	202 334	-19 324	-9,55%
Outras	259 800	62 840	24,19%	68 739	-5 898	-8,58%
Outras receitas correntes	490 600	80 449	16,40%	59 349	21 099	35,55%
TOTAL	24 940 000	13 431 784	53,86%	12 439 961	991 823	7,97%

Quadro 4 – Evolução da receita corrente

Ao longo dos últimos anos, no que diz respeito às receitas dos “Impostos diretos”, estes têm vindo a aumentar com exceção da ligeira quebra do “IMI” no primeiro semestre de 2016, conforme se pode observar no gráfico 2. Verificando-se claramente que o “IMT” e o “IMI” são os principais “Impostos diretos” do Município, sendo o “IMT” o imposto que mais tem crescido nos últimos anos, e que apresenta uma ligeira “estagnação” neste momento.



Gráfico 5 - Evolução dos impostos diretos

2.2 Receita de capital e outras receitas

As receitas de capital, têm vindo a ter menos importância/relevância em termos globais. Por um lado, porque o fundo de equilíbrio financeiro passou a ser predominantemente corrente, e por outro lado, por força da redução dos apoios provenientes da comunidade europeia. No entanto, não deixámos de ter financiamentos e temos muitos investimentos aprovados que têm participação relevante como é o caso da Reabilitação do Cineteatro, das Ermidas de São Sebastião e Santa Ana, da Rua José Pires Padinha, da Rua 9 de abril, de entre outras.

Em contrapartida, as outras receitas, têm crescido em virtude do aumento do saldo que transita entre gerências.

No quadro 5, verifica-se que o aumento da receita de capital resultou da alienação de habitações, dado que no corrente ano concretizou-se a venda de uma casa de habitação social, o que contribuiu para que o aumento das "Vendas de bens de investimento" fosse de €38.709 conjugado com o aumento de €29.809 das "Transferências de capital".

De referir ainda, que a responsabilidade do aumento das transferências de capital foi repartida quer pela

variação positiva dos “*Projetos cofinanciados*” quer pelo “*FEF*”, que cresceram 5,65% e 5,28%, respetivamente.

No que concerne às outras receitas, houve um aumento significativo de 29,27%, dado que o saldo transitado na gerência anterior foi superior em cerca de 3 milhões de euros, atingindo no corrente ano os €13.567.510.

Em relação à execução das receitas de capital, verifica-se que se encontram perto dos 50%, situando-se nos 41,34%, o que é um bom indicador de que apenas ficará aquém do esperado, caso os “*Projetos cofinanciados*”, não se executem como previsto. Neste momento, ainda se encontram um pouco aquém com 34,94%.

EVOLUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL E DE OUTRAS RECEITAS

Unidade: €

RÚBRICA	JUN/2017			JUN/2016	VARIÇÃO 2016-2017	
	ORÇADO	EXECUTADO	TAXA EXECUÇÃO	EXECUTADO	€	%
Receitas de capital	1 490 000	615 988	41,34%	545 768	70 220	12,87%
Venda de bens de investimento	75 000	39 952	53,27%	1 243	38 709	3115,02%
Terrenos	200	0	0,00%	0	0	---
Edifícios	200	0	0,00%	0	0	---
Habitações	69 600	39 887	57,31%	0	39 887	---
Outros bens de investimento	5 000	65	1,29%	1 243	-1 178	-94,81%
Transferências de capital	1 404 300	574 333	40,90%	544 525	29 808	5,47%
FEF	558 000	278 766	49,96%	264 774	13 992	5,28%
Projectos cofinanciados	845 900	295 567	34,94%	279 751	15 816	5,65%
Outros	400	0	0,11%	0	0	---
Ativos financeiros	7 900	0	0,00%	0	0	---
Passivos financeiros	200	0	0,00%	0	0	---
Outras receitas de capital	2 600	1 703	65,50%	0	1 703	---
Outras receitas	13 570 000	13 568 617	100%	10 495 949	3 072 668	29,27%
Reposições não abatidas aos pagamentos	2 490	1 107	44,47%	4 067	-2 960	-72,78%
Saldo da gerência anterior	13 567 510	13 567 510	100,00%	10 491 882	3 075 628	29,31%
TOTAL	15 060 000	14 184 605	94,19%	11 041 716	3 142 889	28,46%

Quadro 5 – Evolução da receita de capital e de outras receitas

2.3 Transferências obtidas

As receitas com transferências e subsídios obtidos é a segunda principal fonte de receita do Município. No quadro 6, constam todas as receitas provenientes de transferências, quer correntes, quer de capital, por tipo. Da apreciação deste, conclui-se que o Município recebeu no corrente semestre ligeiramente mais do

que no semestre do ano anterior, com um incremento de 1,87% (€72.936). Registou-se uma quebra nas receitas de fundos comunitários de 27,97% (€117.017) que foi colmatada pela subida das transferências do Orçamento de Estado e das outras transferências, com aumentos de 2,88% (€94.944) e 52,18% (€95.009), respetivamente.

RECEITA PROVENIENTE DE TRANSFERÊNCIAS

Unidade: €

RÚBRICA	JUN/2017		JUN/2016		VARIÇÃO 2016-2017	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
FEF/FSM/Participação fixa no IRS	3 394 458	85,44%	3 299 514	84,60%	94 944	2,88%
Correntes	3 115 692	78,42%	3 034 740	77,82%	80 952	2,67%
Capital	278 766	7,02%	264 774	6,79%	13 992	5,28%
Fundos comunitários	301 319	7,58%	418 337	10,73%	-117 017	-27,97%
Correntes	5 752	0,14%	138 586	3,55%	-132 834	-95,85%
Capital	295 567	7,44%	279 751	7,17%	15 817	5,65%
Outras transferências	277 081	6,97%	182 072	4,67%	95 009	52,18%
Correntes	277 081	6,97%	182 072	4,67%	95 009	52,18%
Capital	0	0,00%	0	0,00%	0	---
TOTAL	3 972 859	100%	3 899 923	100%	72 936	1,87%
Correntes	3 398 525	85,54%	3 355 398	86,04%	43 127	1,29%
Capital	574 333	14,46%	544 525	13,96%	29 809	5,47%

Quadro 6 – Receita proveniente de transferências

O gráfico 6, ilustra de uma forma clara o peso que as transferências do Orçamento de Estado têm nas transferências recebidas, representado 85,44% no semestre de 2017.



Gráfico 6 – Transferências recebidas

Para finalizar a apreciação da receita, foi elaborado o gráfico 7, para demonstrar a variação das principais

receitas, em termos absolutos, notando-se o destaque do “IMI”, no que diz respeito a variações positivas, em contraste com a variação negativa dos “Projetos cofinanciados”.



Gráfico 7 - Variação das principais receitas

3. Análise da despesa

No presente capítulo, é apreciado o comportamento da despesa realizada, ou seja, a despesa faturada.

O quadro 7, retrata de uma forma sintética o comportamento da despesa do município nos primeiros seis meses do ano 2017 comparativamente aos de 2016. Neste, verifica-se que houve um aumento da despesa realizada, de 12,83% (€1.483.554), tendo as despesas de capital desempenhado o papel principal ao registarem um crescimento muito significativo de 39,91% (€957.639), enquanto as despesas correntes ficaram-se por uma subida de 5,74% (€525.915).

A estrutura da despesa global do município sofreu uma ligeira alteração, com a despesa corrente a sofrer um decréscimo dos 79,25% para os 74,27%, em contrapartida do aumento da representatividade da despesa de capital dos 20,75% para os 25,73%. Esta alteração é importante, no sentido de que revela uma maior utilização das receitas em despesa de médio/longo prazo em vez de despesas de curto prazo.

EVOLUÇÃO DA DESPESA REALIZADA

Unidade: €

RÚBRICA	JUN/2017		JUN/2016		VARIÇÃO 2016-2017	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Despesas correntes	9 689 518	74,27%	9 163 603	79,25%	525 915	5,74%
Despesa com o pessoal	4 217 732	32,33%	4 080 965	35,29%	136 767	3,35%
Aquisição de bens e serviços	2 617 577	20,06%	2 583 278	22,34%	34 299	1,33%
Juros e outros encargos	31 561	0,24%	114 041	0,99%	-82 480	-72,32%
Transferências correntes	1 502 183	11,51%	1 465 352	12,67%	36 831	2,51%
Subsídios	601 392	4,61%	774 831	6,70%	-173 439	-22,38%
Outras despesas correntes	719 073	5,51%	145 136	1,26%	573 937	395,45%
Despesas de capital	3 357 415	25,73%	2 399 776	20,75%	957 639	39,91%
Aquisição de bens de capital	2 505 037	19,20%	1 285 633	11,12%	1 219 405	94,85%
Transferências de capital	3 745	0,03%	40 150	0,35%	-36 405	-90,67%
Ativos financeiros	88 491	0,68%	88 491	0,77%	0	0,00%
Passivos financeiros	760 141	5,83%	804 941	6,96%	-44 800	-5,57%
Outras despesas capital	0	0,00%	180 561	1,56%	-180 561	-100,00%
TOTAL	13 046 933	100%	11 563 379	100%	1 483 554	12,83%

Quadro 7 – Evolução da despesa realizada

No gráfico 8 e 9, encontra-se ilustrada a distribuição das despesas em junho de 2017 e junho de 2016, respetivamente, onde se confirma a alteração na estrutura das despesas, com a “Despesa com pessoal” e a “Aquisição de bens e serviços” a perderem alguma relevância em 2017, apesar de continuarem a ser as principais despesas com 32% e 20%. No entanto, nota-se claramente a subida das despesas em “Aquisição de bens de capital” que passaram de uma representação de 11% em 2016 para os 19% no corrente ano.



Gráfico 8 – Distribuição das despesas – jun/2017

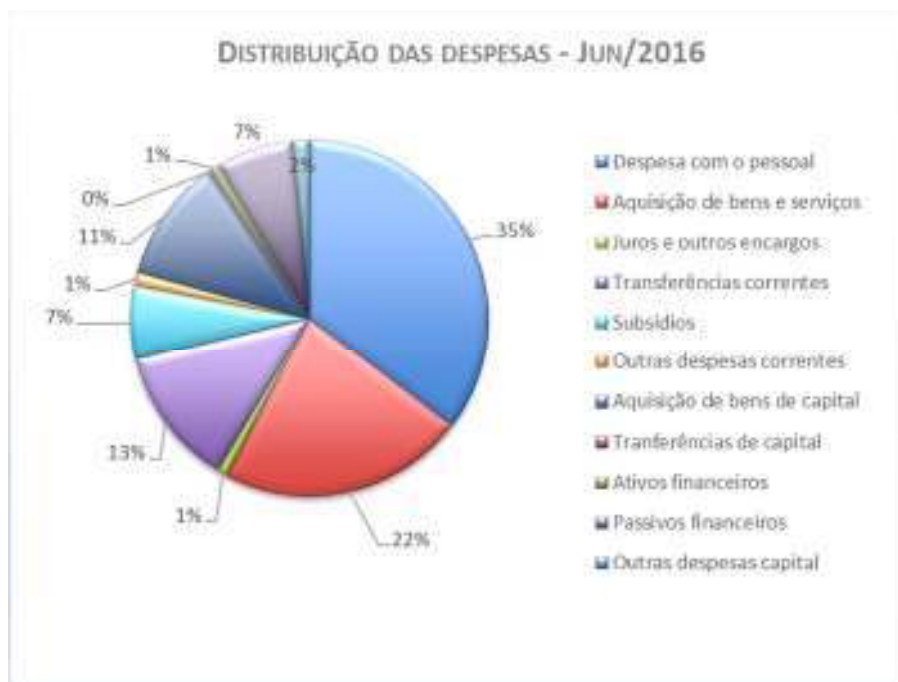


Gráfico 9 - Distribuição das despesas – jun/2016

3.1 Despesa corrente

A despesa corrente do Município de Tavira registou um crescimento de 5,74% (€525.915) neste 1º semestre, comparativamente ao 1º semestre do ano anterior, conforme consta do quadro 8. Este crescimento foi motivado essencialmente pelo enorme aumento de 395,45% (€573.937) das “*Outras despesas correntes*”. Esta rubrica de despesa é onde se registam os reembolsos e encargos dos impostos (IMI e IMT), que no corrente ano têm sido extraordinariamente elevados. Estes reembolsos consistem na devolução de imposto (IMI ou IMT) que terá sido indevidamente cobrado em períodos anteriores. Para além deste aumento, as “*Despesas com o pessoal*”, as “*Transferências correntes*” e a “*Aquisição de bens e serviços*” também apresentaram ligeiros aumentos, de 3,35%, 2,51% e 1,33% respetivamente. Em contrapartida, registaram-se quebras nas rubricas dos “*Juros e outros encargos*” com 72,32% e dos “*Subsídios*” de 22,38%.

Em relação à despesa com o pessoal, o quadro 9, revela que houve um ligeiro aumento de 3,35% (€136.767). No entanto, este deve-se ao facto de no semestre de 2016 não se encontrar registado na rubrica das “*Contribuições para a Seg. Social*” o montante referente às contribuições do mês de junho desse ano, o que importa em cerca de €146.000. Ou seja, caso esta despesa estivesse considerada no referido mês verificava-se uma redução das despesas com o pessoal e não um aumento.

Relativamente às “*Remunerações certas e permanentes*” ocorreu uma redução de 2,42% (€77.686),

provocada pela diminuição de 18,80% (€113.880) do “Subsídio de férias e Natal”, que resultou da aplicação do artigo 24.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE 2017), que consagra a forma de pagamento do subsídio de Natal no ano de 2017, em 50% no mês de novembro e os restantes 50% em duodécimos ao longo do ano.

Importa ainda referir, que o subsídio de refeição apresenta um aumento de 7,50% (€14.849), decorrente da atualização deste por força do disposto no art.º 20.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE 2017), fixado em €4,52 (antes era €4,27).

EVOLUÇÃO DA DESPESA CORRENTE REALIZADA

Unidade: €

RÚBRICA	JUN/2017		JUN/2016		VARIÇÃO 2016-2017	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Despesa com o pessoal	4 217 732	43,53%	4 080 965	44,53%	136 767	3,35%
Aquisição de bens e serviços	2 617 577	27,01%	2 583 278	28,19%	34 299	1,33%
Matérias-primas	23 128	0,24%	16 362	0,18%	6 766	41,35%
Combustíveis	166 023	1,71%	179 806	1,96%	-13 783	-7,67%
Alimentação	130 317	1,34%	156 318	1,71%	-26 001	-16,63%
Material de escritório	4 485	0,05%	12 258	0,13%	-7 773	-63,41%
Material transporte e outro material (peças)	52 420	0,54%	27 759	0,30%	24 661	88,84%
Prémios, condecorações e ofertas	9 765	0,10%	47 888	0,52%	-38 123	-79,61%
Material de educação, cultura e recreio	33 771	0,35%		0,00%	33 771	---
Encargos das instalações	334 103	3,45%	379 862	4,15%	-45 758	-12,05%
Limpeza e higiene	48 473	0,50%	38 792	0,42%	9 681	24,96%
Conservação de bens	69 148	0,71%	71 365	0,78%	-2 218	-3,11%
Locação	87 662	0,90%	43 001	0,47%	44 661	103,86%
Comunicações	42 031	0,43%	36 304	0,40%	5 727	15,77%
Transportes	215 294	2,22%	212 944	2,32%	2 351	1,10%
Seguros	76 428	0,79%	119 098	1,30%	-42 671	-35,83%
Publicidade	44 311	0,46%	44 070	0,48%	241	0,55%
Vigilância e segurança	32 704	0,34%	38 439	0,42%	-5 735	-14,92%
Assistência técnica	55 054	0,57%	49 592	0,54%	5 462	11,01%
Trabalhos especializados	100 414	1,04%	83 294	0,91%	17 119	20,55%
Encargos cobrança de receita	178 681	1,84%	172 402	1,88%	6 279	3,64%
Outros	913 367	9,43%	853 724	9,32%	59 643	6,99%
Juros e outros encargos	31 561	0,33%	114 041	1,24%	-82 480	-72,32%
Transferências correntes	1 502 183	15,50%	1 465 352	15,99%	36 831	2,51%
Freguesias	482 479	4,98%	424 224	4,63%	58 255	13,73%
Associações de Municípios	18 330	0,19%	18 499	0,20%	-169	-0,91%
Inst. Sem fins lucrativos	964 154	9,95%	897 573	9,79%	66 582	7,42%
Outros	37 219	0,38%	125 056	1,36%	-87 837	-70,24%
Subsídios	601 392	6,21%	774 831	8,46%	-173 439	-22,38%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	601 392	6,21%	770 500	8,41%	-169 108	-21,95%
Outros	0	0,00%	4 331	0,05%	-4 331	-100,00%
Outras despesas correntes	719 073	7,42%	145 136	1,58%	573 937	395,45%
TOTAL	9 689 518	100%	9 163 603	100%	525 915	5,74%

Quadro 8 – Evolução da despesa corrente realizada por económica

EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL

Unidade: €

RÚBRICA	JUN/2017		JUN/2016		VARIÇÃO 2016-2017	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Remunerações certas e permanentes	3 129 995	74,21%	3 207 681	78,60%	-77 686	-2,42%
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	65 811	1,56%	61 987	1,52%	3 825	6,17%
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	2 223 773	52,72%	2 238 381	54,85%	-14 608	-0,65%
Pessoal aguardando aposentação	1 683	0,04%	1 095	0,03%	588	53,69%
Pessoal em qualquer outra situação	42 279	1,00%	30 737	0,75%	11 542	37,55%
Representação	28 455	0,67%	26 178	0,64%	2 277	8,70%
Subsidio de refeição	212 704	5,04%	197 855	4,85%	14 849	7,50%
Subsídio de férias e de Natal	491 882	11,66%	605 762	14,84%	-113 880	-18,80%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	63 407	1,50%	45 687	1,12%	17 721	38,79%
Abonos variáveis ou eventuais	170 133	4,03%	141 067	3,46%	29 066	20,60%
Horas extraordinárias	89 290	2,12%	86 591	2,12%	2 699	3,12%
Ajudas de custo	13 500	0,32%	9 562	0,23%	3 938	41,18%
Abono para falhas	1 140	0,03%	1 082	0,03%	59	5,41%
Subsídio de turno	57 806	1,37%	35 615	0,87%	22 190	62,31%
Outros suplementos e prémios	8 397	0,20%	8 217	0,20%	180	2,19%
Segurança social	917 604	21,76%	732 217	17,94%	185 388	25,32%
Encargos com a saúde	116 199	2,76%	98 246	2,41%	17 953	18,27%
Outros encargos com a saúde	24 638	0,58%	24 613	0,60%	26	0,10%
Subsídio familiar a criança e jovens	14 767	0,35%	13 059	0,32%	1 708	13,08%
Outras prestações familiares	1 459	0,03%	2 878	0,07%	-1 419	-49,31%
Contribuições para a segurança social	717 717	17,02%	541 257	13,26%	176 460	32,60%
Seguros	41 722	0,99%	51 080	1,25%	-9 359	-18,32%
Outras despesas de segurança social	1 102	0,03%	1 083	0,03%	19	1,79%
TOTAL	4 217 732	100%	4 080 965	100%	136 767	3,35%

Quadro 9 – Evolução da despesa de pessoal



Gráfico 10 Despesas de pessoal - semestre

No que concerne aos abonos variáveis ou eventuais, registou-se um aumento de 20,60% (€29.066), por

força da regularização que se efetuou no corrente ano referente a acertos dos últimos 5 anos de subsídio de turno dos bombeiros.

O gráfico 10, ilustra as variações das principais rubricas da “Despesa com o pessoal”, sendo possível observar que não existiu grande variação com exceção da “Segurança Social” que se deveu ao anteriormente explicado.

As “Aquisições de bens e serviços” é a rubrica com maior relevância a seguir à “Despesa com o pessoal”, pelo que importa apreciar com maior detalhe.

Assim, no gráfico 11, encontram-se as variações, em termos absolutos, das principais rubricas que a decompõem, tendo sido considerada na “Outros” os montantes mais residuais. Podemos verificar que a “Locação” foi a que apresentou o maior crescimento (€44.661), seguida do “Material de educação, cultura e recreio” com €33.771 e do “Material de transporte e outro material” com €24.661. Por outro lado, os “Encargos das instalações” registaram uma quebra de €45.758, seguida das despesas com “Seguros”, dos gastos com os “Prémios, condecorações e ofertas” e da “Alimentação” que reduziram €42.671, €38.123 e €26.001, respetivamente.

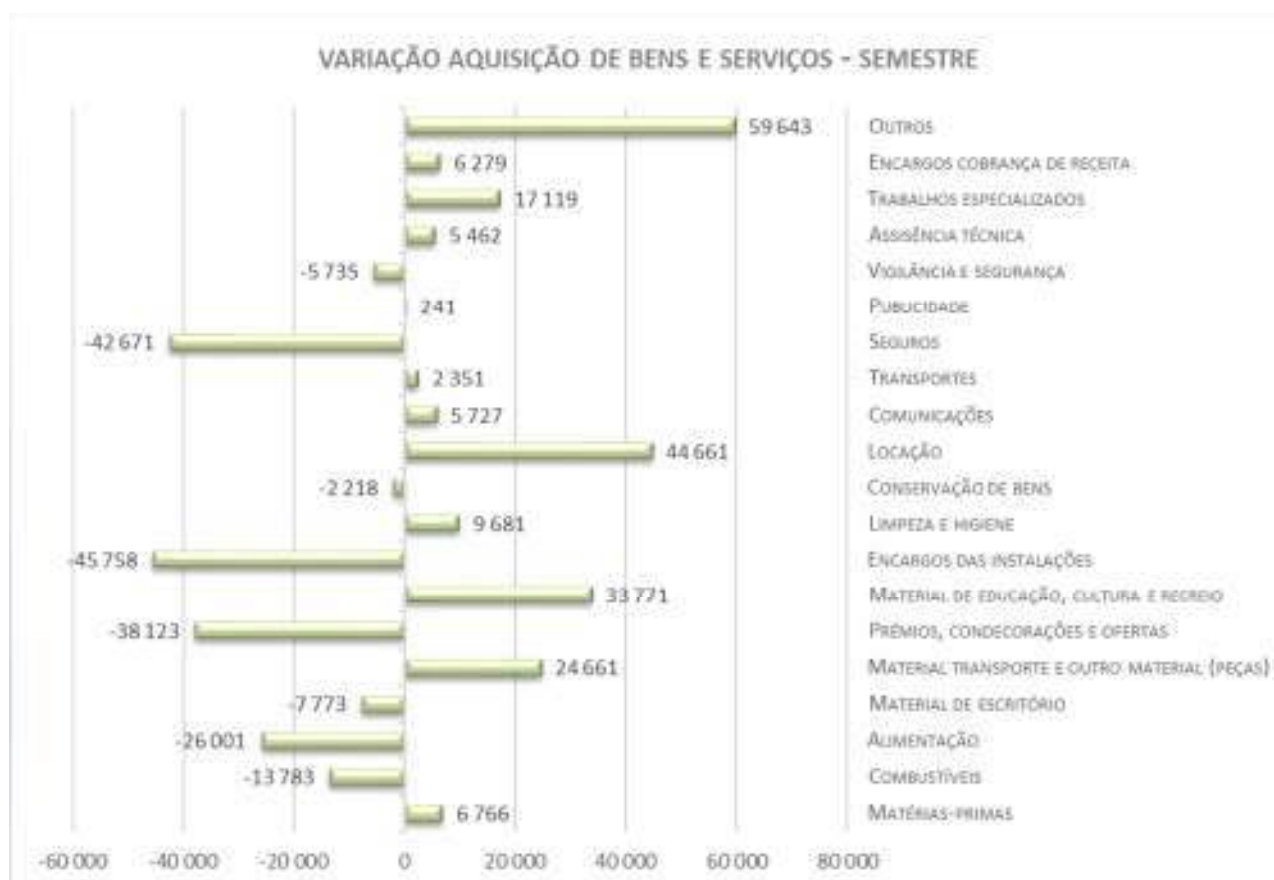


Gráfico 11 - Variação da aquisição de bens e serviços - semestre

3.2 Despesa de capital

As despesas de capital refletem os investimentos de médio e longo prazo que o executivo municipal executou no período em análise.

No quadro 10, é demonstrada a evolução da despesa de capital realizada, que apresentou um crescimento de 39,91% no 1.º semestre de 2017, face ao de 2016. Este aumento resultou claramente da concretização de algumas obras que se encontram incluídas na rubrica “Aquisições de bens de capital” e importaram num acréscimo de 94,85% (€1.219.405), onde se destaca a aposta na viação rural com um crescimento do investimento de 907,66% (€1.119.674), devido à execução de requalificações e beneficiações de diversas estradas do concelho, como por exemplo: a “Repavimentação da EM513-1 e CM 1217”, as “Obras de conservação EM 504 entre Cachopo e Mealha” e a “Beneficiação da EM 514-2 entre o viaduto A22 e as Quatro Estradas”, de entre outras requalificações de diversos arruamentos nas freguesias.

EVOLUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL REALIZADA

RÚBRICA	Unidade: €					
	JUN/2017		JUN/2016		VARIÇÃO 2016-2017	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Aquisição de bens de capital	2 505 037	74,61%	1 285 633	53,57%	1 219 405	94,85%
Terrenos	10 475	0,31%	205 475	8,56%	-195 000	-94,90%
Habitacões	120 150	3,58%	21 784	0,91%	98 366	451,54%
Instalações desportivas e recreativas	227 660	6,78%	274 584	11,44%	-46 923	-17,09%
Sinalização e trânsito	87 519	2,61%	15 323	0,64%	72 196	471,18%
Material de transporte	72 811	2,17%	10 184	0,42%	62 626	614,92%
Viação urbana	424 227	12,64%	445 728	18,57%	-21 501	-4,82%
Viação rural	1 243 033	37,02%	123 358	5,14%	1 119 674	907,66%
Cemitérios	21 620	0,64%	26 047	1,09%	-4 426	-16,99%
Equipamento administrativo e informático	130 761	3,89%	43 955	1,83%	86 806	197,49%
Equipamento Básico	60 420	1,80%	25 254	1,05%	35 166	139,25%
Outros	106 361	3,17%	93 940	3,91%	12 421	13,22%
Transferências de capital	3 745	0,11%	40 150	1,67%	-36 405	-90,67%
Freguesias	0	0,00%	0	0,00%	0	---
Inst. Sem fins lucrativos	3 745	0,11%	40 150	1,67%	-36 405	-90,67%
Outras	0	0,00%	0	0,00%	0	---
Ativos financeiros	88 491	2,64%	88 491	3,69%	0	0,00%
Passivos financeiros	760 141	22,64%	804 941	33,54%	-44 800	-5,57%
Outras despesas capital	0	0,00%	180 561	7,52%	-180 561	-100,00%
TOTAL	3 357 415	100%	2 399 776	100%	957 639	39,91%

Quadro 10 – Evolução da despesa de capital realizada

Por outro lado, registou-se um decréscimo relevante das “Outras despesas de capital” em 100% (€180.561), fruto do pagamento de um processo que a autarquia perdeu em tribunal, e das “Transferências de capital” em 90,67% (€36.405), dado que no presente ano, até junho, não foi concretizado qualquer apoio financeiro de capital.

No que concerne à estrutura da despesa de capital, esta sofreu uma alteração significativa, uma vez que a despesa com “Aquisição de bens de capital” passou a representar 74,61%, enquanto os “Passivos financeiros” passaram de 33,54% para 22,64%. Este maior peso das despesas com os bens de capital vem no seguimento da variação positiva que ocorreu no corrente ano.

No gráfico 12, podemos observar com maior pormenor a variação que ocorreu na rubrica de “Aquisição de bens de capital”, em termos absolutos, destacando-se o crescimento da “Viação rural” como anteriormente referido. Para além deste, importa realçar o aumento do investimento nas “Habitações”, reflexo das diversas obras interiores e exteriores na habitação social, no “Equipamento administrativo e informático”, na “Sinalização e trânsito” e no “Material de transporte” que tem vindo a ser reforçado uma vez que houve a necessidade de substituir viaturas que se encontravam obsoletas. De resto, o investimento manteve-se mais ou menos idêntico nas restantes rubricas, com exceção da quebra registada na aquisição de terrenos e que apenas ocorreu dado que no ano anterior tinha sido efetuada uma regularização de um terreno que se encontrava há alguns anos por resolver.



Gráfico 12 – Variação da aquisição de bens de capital - semestre

3.3 Transferências e subsídios concedidos

As transferências e subsídios concedidos pelo Município de Tavira são uma das despesas que têm alguma relevância e que por esse motivo importa aprofundar.

O quadro 11, reflete a despesa realizada com transferências e subsídios, quer de natureza corrente, quer de capital. Daqui conclui-se, em termos globais, que neste 1º semestre houve uma redução de 7,59% (€173.013), face ao mesmo período do ano de 2016, motivado pela redução das “Transferências de capital” das “Outras transferências e subsídios” e dos “Subsídios correntes”, de 90,67% (€36.405), 62,44% (€92.336) e 21,95% (€169.108), respetivamente. Apenas as transferências correntes apresentaram uma variação positiva de 9,44% (€124.837).

DESPESA REALIZADA COM TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

Unidade: €

RÚBRICA	JUN/2017		JUN/2016		VARIÇÃO 2016-2017	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Transferências correntes	1 446 633	68,65%	1 321 797	57,97%	124 837	9,44%
Freguesias	482 479	22,90%	424 224	18,60%	58 255	13,73%
Instituições sem fins lucrativos	964 154	45,75%	897 573	39,36%	66 582	7,42%
Subsídios correntes	601 392	28,54%	770 500	33,79%	-169 108	-21,95%
Empresas Municipais	601 392	28,54%	770 500	33,79%	-169 108	-21,95%
Transferências capital	3 745	0,18%	40 150	1,76%	-36 405	-90,67%
Freguesias	0	0,00%	0	0,00%	0	---
Instituições sem fins lucrativos	3 745	0,18%	40 150	1,76%	-36 405	-90,67%
Outras transferências e subsídios	55 549	2,64%	147 886	6,49%	-92 336	-62,44%
Correntes	55 549	2,64%	147 886	6,49%	-92 336	-62,44%
Capital	0	0,00%	0	0,00%	0	---
TOTAL	2 107 320	100,00%	2 280 333	100,00%	-173 013	-7,59%

Quadro 11 – Despesa realizada com transferências e subsídios

Em relação à estrutura das despesas com transferências e subsídios, houve algumas alterações com as “Transferências correntes” a representar mais de metade destas, passando de 57,97% para 68,65%, seguida dos “Subsídios correntes”, com 28,54%.

No gráfico 13, foram discriminadas por finalidade/tipo as transferências e subsídios realizados no semestre de 2017, comparativamente ao de 2016. Os apoios desportivos e as freguesias foram as áreas em que se registou um crescimento, enquanto as “Emp. Públicas” e os “Programas ocupacionais” apresentaram a quebras.

No que diz respeito à redução dos subsídios às empresas públicas, este não é real dado que nesta rubrica incluem-se os contratos programa das praias e dos verdes com a empresa municipal TaviraVerde, cujos montantes se mantêm semelhantes. A redução deveu-se, por um lado, à não contabilização da fatura de junho de 2017, dos espaços verdes, e por outro lado ao término do contrato das praias no mês de março.

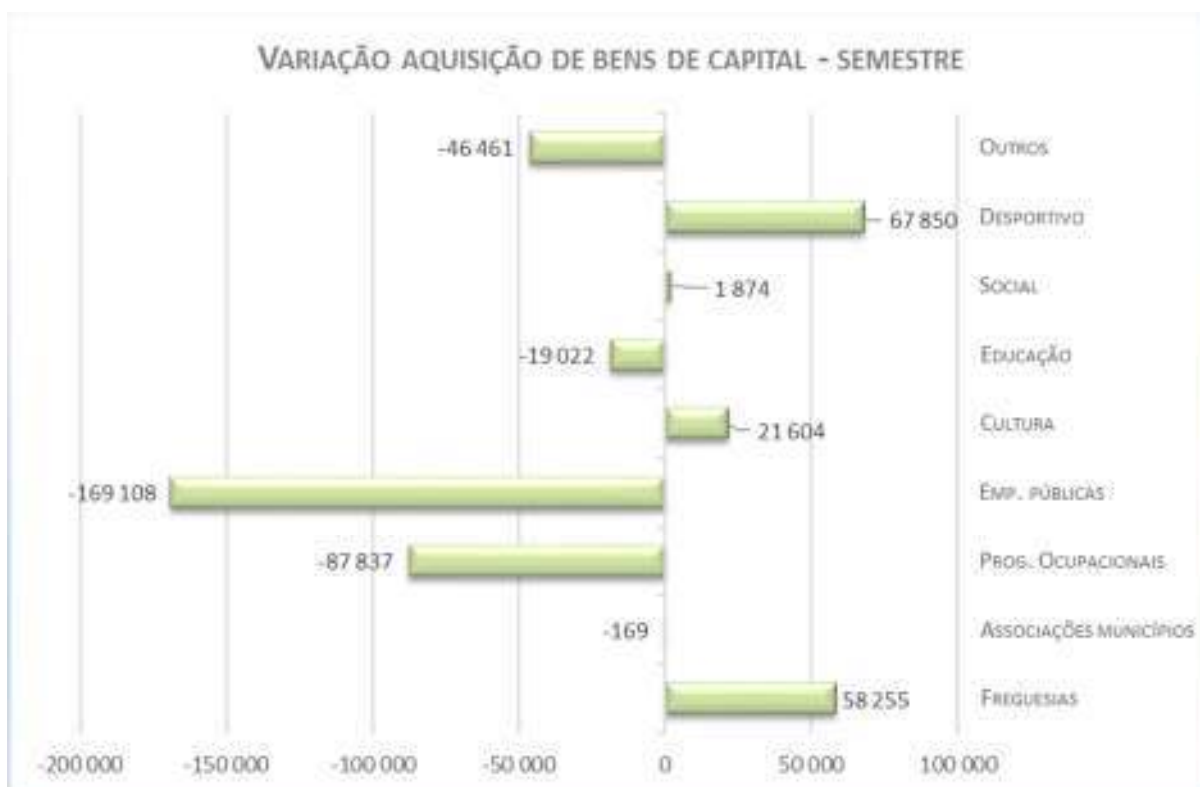


Gráfico 13 – Evolução transferências e subsídios- semestre

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4. Dívida

4.1 Dívida Global

A gestão da dívida deve-se pautar por princípios como o rigor e o forte controlo. Neste sentido, verifica-se que no 1º semestre de 2017, o Município de Tavira reduziu a sua dívida em 15,87%, o que representa cerca de 2,2 milhões de euros, face ao mesmo período no ano passado.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	JUN/2017		JUN/2016		VARIÇÃO 2016-2017	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Curto prazo	729 852	6,29%	1 158 272	16,86%	-428 420	-36,99%
Fornecedores c/c	149 543	1,29%	135 767	1,51%	13 776	10,15%
Fornecedores de imobilizado	351 986	3,03%	347 363	5,45%	4 624	1,33%
Estado	21 024	0,18%	19 287	2,15%	1 738	9,01%
Outros credores	207 299	1,79%	655 856	7,66%	-448 558	-68,39%
Médio e longo prazo	10 881 028	93,71%	12 642 195	83,14%	-1 761 167	-13,93%
Empréstimos excecionados	5 148 371	44,34%	5 787 943	34,93%	-639 571	-11,05%
Empréstimos não excecionados	4 936 230	42,51%	5 880 844	48,21%	-944 614	-16,06%
FAM	796 427	6,86%	973 409	48,21%	-176 982	-18,18%
TOTAL	11 610 881	100%	13 800 468	100%	-2 189 587	-15,87%

Quadro 12 – Evolução da dívida



Gráfico 14 – Variação da dívida- semestre

A referida quebra prendeu-se com a diminuição da dívida de médio/longo prazo em cerca de 1,7 milhões de euros (13,93%), e a de curto prazo em €428.420 (36,99%), conforme consta do quadro 12. A dívida de curto prazo é, no primeiro semestre de 2017, apenas de €729.852, sendo que destes o único montante em dívida que não poderá ser regularizado na totalidade até ao final do ano é o referente ao Ginásio (€257.379 – incluído nos “Fornecedores de imobilizado”) dado que o mesmo refere-se a um direito de superfície cujo pagamento ocorre mensalmente. Quanto à dívida de médio/longo prazo situa-se nos €10.881.028.

O gráfico 14, ilustra a variação da dívida por natureza, onde se confirma que a redução da dívida foi significativa, e que apenas existem ligeiras subidas nos fornecedores e Estado. Importa esclarecer que a redução dos “Outros credores” prendeu-se com o facto de se terem efetuado regularizações de adiantamentos que se encontravam pendentes.

No gráfico 15, demonstra claramente que a dívida da autarquia tem uma natureza de médio e longo prazo, com os empréstimos a representarem 87% e o FAM 7%.

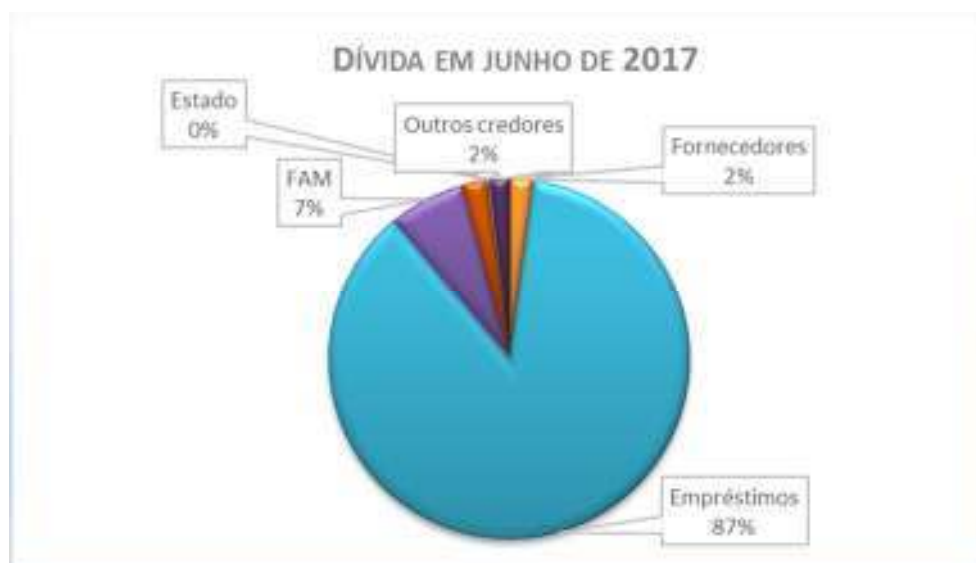


Gráfico 15 – Dívida em junho de 2017

4.2 Pagamentos em atraso

Os pagamentos em atraso são um indicador de extrema importância, dado que demonstram se a autarquia cumpre ou não o prazo de vencimento das faturas e o montante em atraso. É considerado pagamento em atraso quando o pagamento não ocorre até 90 dias após a data de vencimento da fatura ou documento equivalente.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, este passou a ser um dos indicadores

que permite ou não assumir novos compromissos, na medida em que restringe a utilização da previsão de receita no apuramento de fundos disponíveis, conforme artigo 14.º.

O Município de Tavira não tem pagamentos em atraso e efetua os seus pagamentos dentro dos 30 dias.

4.3 Serviço da dívida

A análise que se segue compreende informação sintetizada sobre a capitação do serviço da dívida pago pelo Município de Tavira, nas vertentes dos encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações).

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

DESIGNAÇÃO	JUN/2017	JUN/2016	Unidade: €	
			VARIAÇÃO 2016-2017	
			€	%
Juros	31 273	47 580	-16 307	-34,27%
Amortização	760 141	804 941	-44 800	-5,57%
Total	791 414	852 521	-61 106	-7,17%
Indicadores				
Juros / Despesa total	0,24%	0,41%		
Amortizações / Despesa total	5,83%	6,96%		
Serviço da dívida / Despesa total	6,07%	7,37%		

Quadro 13 – Evolução do serviço da dívida

Neste âmbito, assiste-se a uma redução do serviço da dívida em €61.106 (7,17%), principalmente devido ao decréscimo das amortizações, que no corrente semestre ficaram-se pelos €760.141.

O serviço da dívida tem um peso na despesa total do Município de 6,07% neste 1º semestre.

4.4 Capacidade de endividamento/ Dívida Total do Município

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a capacidade de endividamento da autarquia passou a ser controlada pelo limite da dívida total, artigo 52.º da referida Lei. Assim, o limite da dívida total do Município de Tavira não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores, o que para o ano corrente é de €37.052.118, conforme se pode verificar no quadro 14.

Para efeitos de apuramento da dívida da autarquia releva a dívida total de operações orçamentais do município, que engloba os empréstimos, bem como o montante da dívida das entidades intermunicipais e associativas municipais na proporção da participação, a dívida das empresas locais e participadas caso se encontrem em desequilíbrio e as cooperativas de forma proporcional à participação, de acordo com o estipulado no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL

DESIGNAÇÃO	JUN/2017	JUN/2016	VARIÇÃO 2016-2017	
			€	%
221 Fornecedores, c/c	146 461	77 727	68 734	88%
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	3 082	58 040	-54 958	-95%
2312 Empréstimos bancários	10 084 601	11 668 787	-1 584 185	-14%
24 Estado e outros entes públicos	230 180	231 175	-995	0%
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c	340 150	318 822	21 327	7%
2618 Facturas em recepção e conferência	11 836	28 540	-16 704	-59%
262 Pessoal	250	250	0	0%
263 Sindicatos	1 299	1 341	-41	-3%
2681 Credores diversos	999 742	974 941	24 801	3%
2684 Credores de transferências das autarquias locais	3 984	19 938	-15 954	-80%
2685 Credores OT	68 596	81 352	-12 756	-16%
269 Adiantamentos por conta de vendas	0	634 387	-634 387	-100%
Total em dívida	11 890 181	14 095 299	-2 205 117	-16%
Valores em OT	279 301	294 831	-15 530	-5%
TOTAL DA DIVIDA ORÇAMENTAL	11 610 881	13 800 468	-2 189 587	-16%
Limite da dívida total (1,5 vezes da média da receita corrente dos 3 últimos anos)			37 052 118	
Receita corrente de 2014			22 635 997	
Receita corrente de 2015			24 952 410	
Receita corrente de 2016			26 515 828	
Valor da dívida total em junho			11 610 881	
Margem			25 441 237	

Quadro 14 – Apuramento da dívida total

Em relação à dívida total orçamental da autarquia, a 30 de junho de 2017, sem contabilizar as entidades relevantes, era de €11.610.881. Assim, neste 1.º semestre podemos dizer que o Município detém uma margem de €25.441.237, cumprindo assim o limite imposto. E que se encontra bem ilustrado através do gráfico 16.

Ao montante da dívida total orçamental do município, no final do ano, terá de ser somada a dívida:

- Da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, da CI-AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve e da APMCH – Associação Portuguesa de Municípios com Centro

Histórico de forma proporcional à nossa quota;

- Das cooperativas ALSUD – Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Algarve, CIPRL e CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, de forma proporcional à nossa participação;
- Da empresa local TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, caso estas se encontrem em desequilíbrio no final do corrente ano;
- Das sociedades comerciais participadas, Águas do Algarve SA, POLIS – Sociedade Polis Litoral Ria Formosa SA, ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos SA, caso se apresentem desequilibradas.



Gráfico 16 – Limite da dívida total

AFERIÇÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Unidade: €	
DESIGNAÇÃO	VALOR
1. Despesa corrente realizada até junho/2017	9 689 518
2. Amortizações médias dos empréstimos (jun/12)	855 463
3. Receita corrente bruta cobrada até jun/2017	13 431 784
MARGEM (3-1-2)	2 886 803

Quadro 15 – Aferição do equilíbrio orçamental

O quadro 15 demonstra que o Município cumpre o equilíbrio orçamental, conforme o artigo 40.º da lei referida no ponto anterior. Como o equilíbrio apenas é aferido no final do ano foram calculadas as amortizações por duodécimos para ter uma noção do ponto de situação atual, verificando-se em maio uma margem estimada de €2.886.803.

III – CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da situação económico-financeira do Município de Tavira efetuada ao longo deste relatório, há a destacar em termos gerais, o seguinte:

- A execução orçamental da receita foi de 69,04% e a da despesa de 31,53%, o que ilustra uma boa execução orçamental;
- Aumento de 17,61%, €4.134.712, da receita municipal, com a receita corrente a crescer 7,97% (€991.823) a de capital 12,87% (€70.220) e as outras receitas 29,27% (€3.072.668);
- A despesa realizada (faturada) cresceu em 12,83% (€1.483.554). A despesa corrente aumentou 5,74% (€525.915) e a de capital 39,914% (€957.639);
- As despesas com o pessoal apresentaram uma variação positiva de 3.35%, (€136.767). No entanto, verificou-se uma redução das “Remunerações certas e permanentes” em 2,42% (€77.686);
- Diminuição de 15,87% (€2.189.587) da dívida da autarquia face ao período homólogo;
- A dívida total orçamental da autarquia a 30 de junho de 2017, remonta a €11.610.881, pelo que se encontra dentro do limite imposto pelo artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, no montante de €37.052.118.

Paços do Concelho, 31 de agosto de 2017

O Presidente da Câmara Municipal,

Jorge Botelho

IV – RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

MUNICÍPIO DE TAVIRA

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 77º da Lei n.º 73 de 3 de setembro de 2013 vimos apresentar informação sobre a situação económica e financeira do MUNICÍPIO DE TAVIRA relativamente ao período findo em 30 de junho de 2017.

ÂMBITO

2. Examinámos os seguintes elementos que nos foram apresentados pelo Órgão Executivo da autarquia, reportados a 30 de junho de 2017: relatório de gestão semestral e mapas de execução orçamental. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos com os demais requisitos éticos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

TRABALHOS EFETUADOS

3. De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:
 - 3.1 Acompanhámos regularmente a gestão do Município, através da participação em diversas reuniões com o Órgão Executivo e com outros responsáveis dos serviços do Município e da leitura de atas e outros documentos relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
 - 3.2 Analisámos a informação financeira, tendo efetuado, entre outros, os seguintes procedimentos:
 - a) Análise do grau de execução da despesa e da receita e obtenção de justificação para os desvios mais significativos;

- b) Revisão analítica. Indagação e justificação das variações mais significativas;
- c) Verificação do cumprimento do limite da dívida total.

3.3 Apreciação do relatório elaborado pelo executivo datado de 31 de agosto de 2017 e que se anexa.

CONCLUSÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS

4. Em consequência do trabalho efetuado, entendemos dever relatar o seguinte:

4.1 O relatório semestral apresentado foi por nós apreciado e nos procedimentos realizados verificámos e validámos os valores constantes do mesmo, os quais merecem os seguintes comentários:

- a) A independência financeira (rácio entre as receitas próprias e receitas totais) é de 46% idêntica à do período homólogo.
- b) A estrutura das receitas está definida no classificador económico das receitas (Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro), e divide-se em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. As receitas totais do município tiveram no 1º semestre um grau de execução de 69,04%, conforme referido na pág. 6 do relatório elaborado pelo Executivo.
- c) A taxonomia das despesas encontra-se igualmente definida no classificador económico das despesas (Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro), e são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. O grau de execução da despesa, em 30 de junho de 2017, ascende a 31,53%.
Relativamente à despesa global realizada e paga, verifica-se que as despesas de pessoal representam 32,33% e a aquisição de bens e serviços 20,06% da despesa total, conforme referido na pág. 16 do relatório.
- d) O município apresenta em 30 de junho de 2017, uma liquidez positiva de aproximadamente 14.717.000 euros, sendo superior em 3.509.000 euros ao verificado no período homólogo, justificado fundamentalmente pelo aumento da rubrica depósitos em instituições financeiras.

- e) A Lei nº 73/2013 de 3 de setembro no artigo 52º define o limite da dívida total (capacidade de endividamento). Em 30-06-2017 o Município apresenta uma margem de cerca de 25.441.240 euros relativamente ao limite, conforme referido na pág. 28 do relatório elaborado pelo Executivo.
- f) Conforme definido no artigo 54º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, concorre para o cálculo do limite da dívida total do Município, a dívida das empresas locais e participadas, caso se encontrem em desequilíbrio e as cooperativas de forma proporcional à participação detida.

Dado que a Empresa Municipal Tavira Verde se encontra em equilíbrio no 1º semestre de 2017, a margem do Município de Tavira mantém-se nos 25.441.240 euros (conforme referido na pág. 28 do relatório elaborado pelo Executivo).

De salientar que o incumprimento a existir, só teria reflexos contabilísticos se persistir a 31 de dezembro, caso o Município de Tavira não efetue a transferência de verba para a Empresa Municipal com vista ao seu reequilíbrio, data em que se aplica o disposto nos seguintes diplomas:

- Na alínea a) do nº 3 do artigo 52º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, em que o Município terá que reduzir no exercício subsequente, em pelo menos 10% do montante que excede os referidos limites, até que o limite seja cumprido.
 - Na alínea c) do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, no caso do resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo, o Município terá de efetuar uma transferência financeira na proporção respetiva da participação social, com vista ao equilíbrio dos resultados de exploração operacional.
- g) O Município cumpriu o princípio de equilíbrio orçamental definido no ponto 3.1.1 do POCAL, ou seja, a receita corrente foi superior à despesa corrente.

4.2 Adicionalmente referimos ainda que pela análise do balancete e outra documentação constatámos que:

a) As rubricas constitutivas do balanço relativamente a 31-12-2016 apresentavam as oscilações constantes no quadro abaixo:

Conta	Descritivo	31/12/2016	30/06/2017	Variações	
				Valor	%
11	Caixa	2 808	9 108	6 300	69%
12	Depósitos em instituições financeiras	13 714 303	15 274 847	1 560 544	10%
21	Clientes, contribuintes e utentes	498 551	534 284	35 733	7%
22	Fornecedores	135 167	149 831	14 664	10%
23	Empréstimos obtidos	10 844 743	10 084 601	-760 141	-8%
24	Estado e outros entes públicos	81 647	230 180	148 533	65%
26	Outros devedores e credores	1 237 810	729 313	-508 497	-70%
27	Acréscimos e diferimentos - Devedores	8 370 068	3 734 554	-4 635 514	-124%
27	Acréscimos e diferimentos - credores	14 692 338	14 824 768	132 430	1%
28	Empréstimos concedidos	7 902	7 902	0	0%
29	Provisões	973 266	973 266	0	0%
31	Compras	0	37 266	37 266	100%
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	416 891	409 184	-7 707	-2%
38	Regularização de existências	0	2 528	2 528	100%
41	Investimentos financeiros	4 763 638	4 763 638	0	0%
42	Imobilizações corpóreas	90 009 480	90 335 832	326 352	0%
43	Imobilizações incorpóreas	200 078	200 078	0	0%
44	Imobilizações em curso	48 902 246	50 562 656	1 660 409	3%
45	Bens de domínio público	174 174 379	174 174 316	-63	0%
48	Amortizações acumuladas	102 156 723	107 477 995	5 321 271	5%
49	Provisões para investimentos financeiros	74 157	74 157	0	0%
51	Património	203 846 523	203 846 523	0	0%
57	Reservas	8 689 957	8 689 957	0	0%
59	Resultados transitados	-3 522 115	1 671 988	5 194 103	311%

As rubricas com variações mais significativas foram as que se seguem:

12 – Depósitos em instituições financeiras - O aumento de cerca de 1.560.000 euros verificado nesta rubrica resulta do facto das receitas cobradas no 1º semestre de 2016 serem superiores às despesas pagas.

23 – Empréstimos obtidos – A diminuição de cerca de 760.000 euros verificado nesta rubrica é justificada pelas amortizações de capital que ocorreram no 1º semestre de 2017.

27 – Acréscimos e diferimentos – Saldos devedores – Esta rubrica registou uma diminuição de cerca de 4.636.000 euros, devido ao facto da especialização do IMI ser efetuada somente em dezembro.

44 – Imobilizações em curso – A diminuição no montante de 1.660.000 euros ocorrido nesta rubrica diz respeito à transferência de obras em curso para imobilizado fixo.

48 – Amortizações acumuladas – O incremento de 5.321.000 euros relativamente a 31 de dezembro de 2016 corresponde à especialização das amortizações semestrais.

59 – Resultados transitados – O aumento de 5.194.000 euros relativamente a 31 de dezembro de 2016 corresponde ao resultado negativo de 2016.

Relativamente às rubricas de resultados a que registou maiores oscilações relativamente ao período homólogo conforme quadro abaixo foram:

Conta	Descritivo	30/06/2016	30/06/2017	Variações	
				Valor	%
61	Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	213 646	247 778	34 132	14%
62	Fornecimentos e serviços externos	2 282 470	2 209 647	-72 823	-3%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	1 986 145	2 066 355	80 211	4%
64	Custos com o pessoal	4 214 374	4 258 518	44 144	1%
65	Outros custos e perdas operacionais	6 371	34 639	28 268	82%
66	Amortizações do exercício	5 239 842	5 325 232	85 390	2%
67	Provisões do exercício	955 175	0	-955 175	-100%
68	Custos e perdas financeiros	117 168	35 397	-81 771	-231%
69	Custos e perdas extraordinários	1 332 271	29 329	-1 302 942	-4443%
71	Vendas e prestações de serviços	598 879	520 603	-78 277	-15%
72	Impostos e taxas	3 766 196	3 104 944	-661 252	-21%
74	Transferências e subsídios obtidos	3 619 048	3 669 941	50 893	1%
78	Proveitos e ganhos financeiros	976 485	1 125 492	149 007	13%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	175 460	348 970	173 510	50%

65 – Outros custos e perdas operacionais – O aumento de cerca de 28.000 euros registado nesta rubrica está diretamente relacionado com o aumento registado na rubrica proveitos e ganhos financeiros – Rendimentos de participação de capital – Empresas Municipais e Intermunicipais – Águas do Algarve e Algar, cujo aumento comparativamente com o período homólogo ascendeu a 138.000 euros, no ano 2016 este tipo de rendimento foi registado somente no 2º semestre.

67 – Provisões do exercício – A rubrica Provisões do Exercício diminuiu cerca de 955.000 euros, dado que no ano 2016 foi constituída provisão para processos judiciais em curso para ocorrer às responsabilidades decorrentes dessas situações no montante de 955.174 euros.

69 - Custos e perdas extraordinários – a diminuição de cerca de 1.303.000 euros face ao período homólogo encontra-se refletida na rubrica correções relativas a exercícios anteriores e diz respeito ao reconhecimento de amortizações de bens transferidos do imobilizado em curso para imobilizado fixo.

72 – Impostos e taxas – Esta rubrica registou uma diminuição de cerca de 661.000 euros, sendo que a diminuição dos impostos diretos e o aumento das anulações dizem respeito ao facto de no ano 2016 terem sido contabilizados erradamente 705.616 euros de IMT na conta do IUC (regularizados na rubrica 726 anulações). O aumento de cerca de 538.000 euros da rubrica Reembolsos e restituições é justificado pelo aumento registado no 1º semestre de 2017 no IMI e no IMT.

Conta	Descritivo	30/06/2016	30/06/2017	Variações	
				Valor	%
72	Impostos e taxas	3 766 196	3 104 944	-661 252	-21%
721	Impostos diretos	4 166 753	3 171 053	-995 700	-31%
722	Impostos indiretos	168 821	273 902	105 081	38%
724	Taxas	335 550	312 315	-23 235	-7%
725	Reembolsos e restituições	-114 049	-652 226	-538 178	83%
726	Anulações	-790 880	-100	790 780	-790780%

4.3 O balancete analisado bem como alguns dos valores e indicadores constantes do relatório estão condicionados aos seguintes factos:

- a) No balancete relativo ao período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2017 que nos foi apresentado, não foram integralmente considerados os efeitos relativos a especialização de custos e proveitos do exercício, nomeadamente estimativa para férias, honorários, seguros e IMI.
- b) O Município ainda não concluiu todo o processo de inventariação e valorização dos imóveis e outros ativos imobilizados, encontrando-se, ainda, por inventariar bens de domínio publico – bens do património histórico, artístico e cultural.
- c) Alguns indicadores poderão eventualmente estar influenciados pelas reservas e ênfase constantes das Certificações Legais de Contas datadas de 9 de fevereiro de 2017 e 6 de junho de 2017 (contas consolidadas) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que ainda não foram regularizadas pelo que se transcrevem:

Reservas:

Contas Individuais e Consolidadas

“As rubricas Imobilizados em Curso (domínio publico e imobilizações corpóreas) incluem obras concluídas, no ano e em anos anteriores e que já possuem auto de receção, no montante de 9.687.685 euros (14.885.023 euros no ano 2015). De acordo com o POCAL estas obras deveriam ter sido transferidas para o imobilizado corpóreo, não tendo sido possível quantificar as respetivas amortizações e os consequentes efeitos nos resultados.”

Contas Consolidadas

“Relativamente à Empet, E.M., Lda, foi interposta contra a empresa uma ação administrativa movido pelo consórcio adjudicatário da empreitada de execução de infra-estruturas do loteamento urbano no parque de exposições e feiras de Tavira, desconhece-se o desfecho do processo, bem como os eventuais custos significativos para a empresa, não passíveis de quantificação atualmente. “

“Conforme referido no ponto 7.7 do relatório de gestão, o processo de dissolução da Empet, E.M., Lda., dado o seu enquadramento na alínea a) do n.º 1 do artigo 62º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, foi aprovada em reunião de câmara de 21 de fevereiro de 2017 e em sessão de assembleia de 3 de março de 2017. Em conformidade com o normativo contabilístico deveria ter sido abandonado o princípio da continuidade e adotado o princípio da liquidação. Não dispomos de uma avaliação atualizada sobre os valores de realização dos lotes e terrenos pelo que não estamos em condições de ajuizar da eventual necessidade da constituição de provisões.”

Ênfase:

Contas Individuais e Consolidadas

“As infraestruturas de água e saneamento registadas no imobilizado do Município, como bens de domínio público, no montante de 3.807.000 euros (4.139.000 euros em 2015), estão a ser geridas/controladas pela empresa municipal Tavira Verde, E.M.”

4.4 De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 o art.º 77º da Lei nº 73 de 3 de setembro de 2013 – Lei das Finanças Locais, não tomamos conhecimento de qualquer facto que se considere revelador de graves dificuldades na prossecução do PPI – Plano Plurianual de Investimentos.

Esta informação destina-se exclusivamente para a finalidade apresentada no primeiro parágrafo e refere-se apenas à análise da evolução de determinadas contas e rubricas atrás especificadas e não constitui uma opinião sobre a posição financeira do MUNICÍPIO DE TAVIRA, os resultados das suas operações e a execução orçamental no período findo em 30 de junho de 2017.

Linda-a-Pastora, 4 de setembro de 2017

MARIQUITO CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

José Martins Correia - ROC